

**Índice de Jurisprudência de alguns julgados
do Superior Tribunal de Justiça**

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Ação de Anulação de Praça e Arrematação - Alegação de Irregularidades formais e de alienação do imóvel a preço vil, embora bastante para o pagamento da totalidade da dívida, restando sobre - Nos casos de praça não extora, sem que tenham comparecido lançadores, deve ser lavrado o respectivo termo, na mesma data, se houver arrematante, pois o auto somente será lavrado decorrido 24 horas, e cumpre de logo documentar a oferta - Conceito de preço vil (Desprolimento) (T4)	RESP 11.535-RS	03/02/92	741	80
Ação Cautelar - Arrolamento de bens - A invalidação de partilha não opera necessariamente apenas sobre a metade atribuída aos herdeiros - Pode atingir a própria meação da viúva, desde que questionada a justiça e igualdade na divisão entre o cônjuge supérstite e os herdeiros - Assim, a meela é parte legítima na ação cautelar incidental de arrolamento de bens (Desconhecimento) (T4)	RESP 12.824-MS	04/05/92	907	113
Ação Declaratória - A nota promissória pode, em tese, ser emitida por mandatário com poderes especiais - Todavia, por vulneração à legislação, é inválida a cambial emitida com base em mandado de extensão não especificada - Outorgado pelo devedor em favor de empresa integrante do mesmo grupo financeiro a que pertence a instituição credora - Conflito efetivo de interesses entre representante e representado (Provlimento parcial) (T4)	RESP 2.266-RJ	30/09/91	575	20

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Ação Declaratória - Embora ajuizada sob diverso "nomem juris" - O objetivo de declarar a Interposição de cláusula do acordo, devidamente homologado, de separação judicial - Cláusula esta relativa ao montante do auxílio mensal outorgado à mulher para o pagamento de prestações de mútuo destinado à aquisição de casa (Desconhecimento) (T4)	RESP 1.510-PB	19.02.90	93	64
Ação Indenizatória - Acidente de trabalho e moléstia profissional - Cumulação de indenização - Acidentária e de direito comum, esta a cargo do empregador e desde que haja ele, ou seus prepostos, concorrido para o acidente, por dolo ou culpa grave ou leve (Desprovimento) (T4)	RESP 19.338-SP	01/06/92	975	64
Ação Indenizatória - Contra estabelecimento bancário - Desconto de cheques nominais indevidamente endossados - Condenação "ultra petita" - Se o autor pede na inicial, a título de perdas e danos, a condenação do Banco na correção monetária e juros - Não pode o réu ser condenado a pagar correção monetária e comissão de permanência, quer cumulativa, quer sucessivamente (Provimento parcial) (T4)	RESP 7.003-SP	02/12/91	683	34
Ação Indenizatória - Queda de trem - Responsabilidade civil das ferrovias pelos desastres que sucedam aos viajantes - Inadimplemento contratual do transportador, quanto ao dever de conduzir incólume o viajante ao local do destino - A culpa contratual não está compreendida na expressão delito, reservada aos casos de culpa extracontratual ou aquiliana - Juros moratórios a partir da citação (Provimento) (T4)	RESP 1.762-SP	25/06/90	167	227

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Ação Indenizatória - Inadimplemento contratual - Não é dado, recurso especial, reexaminar aresto basicamente fundado na análise de cláusulas contratuais e na prova dos autos (Desprolimento) (T4)	AGA 32.941-SP	02/08/93	1623	86
Ação Possessória - Que, no Estado do RJ, o Tribunal de Alçada não é legal nem constitucionalmente competente para o julgamento das ações reais dominiais - Tendo a declaratória incidental proposta pelo réu a natureza de ação reconvenclonal - Prorroga-se, pela conexão, a competência do Tribunal de Justiça (Provlimento) (T4)	RESP 2.219-RJ	12/11/90	268	62
Ação de Reintegração de Posse - Embargos de retenção por benfeitorias - Galpão construído no terreno - Indenização - Questão da garantia do juízo pelo depósito - Ação possessória - Eficácia executiva "lato sensu" (Desprovlimento) (T4)	RESP 739-RJ	10/09/90	204	144
Ação de Reintegração de Posse - Julgada improcedente, de mérito, a demanda - Impõe-se seja a posse restituída a quem dela, por força de liminar, havia sido destituído - Mandado de Segurança - Contra ato judicial de restituição da posse ao réu - Reposição dos fatos ao estado anterior (Desprovlimento) (T4)	ROMS 2.640-SP	10/05/93	1511	178

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Ação de Reintegração de Posse - Promovida pela Prefeitura - Loteamento Irregular - Afetação das áreas livres ao uso comum do povo - Revella da municipalidade - Consumados o arnuamento e a urbanização, as áreas livres são tidas como de domínio público - Cabível a demanda vindicatoria, contra quem em área livre edificou clandestinamente (Provlmento) (T4)	RESP 27.602-SP	04/10/93	1749	44
Ação Reivindicatoria - Denunção da lide - Cerceamento de defesa - Não comprovada a existência de um contrato oneroso de transmissão, ao denunciante, do domínio, posse ou uso do bem imóvel - A denúncia da lide poderá ser indeferida, sem prejuízo de eventual ação direta do réu da reivindicatoria contra o responsável pela negociação frustrada - Cerceamento de defesa não caracterizado - Julgamento antecipado da lide, possível ante as circunstâncias do caso concreto (Desconhecimento) (T4)	RESP 14.053-MG	16/10/92	1303	193
Ação Reivindicatoria - Usucapião - Considerada nas instâncias locais como falsificada a escritura de alienação em que figura o reivindicante como transmitente - O demandado conta em seu favor com justo título e tempo suficiente, como o de seus antecessores, para aquisição originária (Provlmento)(T4)	RESP 8.150-ES	17/05/93	1528	01
Ação Renovatória - Locação comercial - "Accessio Temporis" somam-se os prazos de contratos escritos, máxime quando sucessivos sem interregno, para atingir o quinquênio previsto em lei para autorizar a pretensão renovatória - O Juiz fixará para o novo aluguel o "quantum" adequado as condições do mercado (Provlmento) (T4)	RESP 24.334-AM	21/06/93	1599	07

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Ação Renovatória - Locação comercial - Diante da permanência e exacerbação do fenômeno inflacionário, com todas suas notórias conseqüências - É possível alterar a periodicidade dos reajustes de aluguéis, contratada que foi em 1983 para realizar-se anualmente - Passando a vigorar, para o contrato agora renovado, reajustes semestrais (Provimento) (T4)	RESP 20.593-RJ	01/06/92	978	01
Ação de Reparação de Danos - Acidente de veículo - Ajuzada por Estado estrangeiro - Competência do STJ - O condutor de veículo deve guardar distância de segurança - Relativamente ao veículo que segue a sua frente (Desprovimento) (T4)	AC 03-DF	27/11/89	61	01
Ação Rescisória - Recurso extraordinário não admitido por Intempestivo - Início do prazo decadencial - Soluções doutrinariamente cogitáveis - Defesa da boa-fé do demandante - A melhor aplicação da lei é a que se preocupa com a solução justa - Não podendo o Julz esquecer que por vezes o rigorismo na exegese do texto legal ou na adoção da Doutrina prevalecente pode resultar em Injustiça conspícua (Provimento) (T4)	RESP 2.447-RS	09/12/91	699	22
Ação Rescisória - Reclamação trabalhista julgada pelo antigo TFR - Servidor público celetista - Diferença salarial decorrente de Lei que implantou Plano de Carreira do INPS - Enfermeiras admitidas depois do Decreto-Lei 1445/76, não podem pretender equiparação salarial com colegas admitidas anteriormente (Imp procedência) (S2)	AR 177-MG	04/12/89	67	183

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Acidente do Trabalho - A concubina da vítima, falecida e beneficiária da pensão previdenciária - É parte legítima "ad causam" para postular a indenização de direito comum - A referência a alimentos, vale como mero índice para o cálculo do ressarcimento, outorgado "jure proprio" ao lesado (Provimento) (T4)	RESP 589-SP	10/09/90	204	55
Acidente do Trabalho - Empregado que sofre traumatismo cerebral, com grave e permanente comprometimento da saúde psíquica - Possibilidade de cumulação do ressarcimento pelos danos materiais - A serem composto através do pagamento de pensão mensal a partir do evento, com indenização pelo dano moral, fixada pelo juiz em número certo de salário mínimo (Provimento parcial) (T4)	RESP 13.034-RJ	24/02/92	770	06
Acidente do Trabalho - Indenização por direito comum - Constituição do capital - Cumprimento da obrigação de pagar a pensão ao dependente da vítima do acidente - Tal determinação não obsta a inclusão dos credores na folha de pagamentos da empresa - E nem impede a substituição do dito Capital por caução idônea, a teor do par. 2º, do art. 602 do CPC (Desconhecimento) (T4)	RESP 26.836-SP	14/06/93	1588	205
Acidente do Trabalho - No contrato de empreitada - O empreitante somente responde solidariamente, com base no Direito Comum, pela indenização de acidente sofrido por trabalhador a soldo do empreiteiro - Nos casos em que seja também responsável pela segurança da obra, ou se contratou empreiteiro indôneo ou insolvente - O empreiteiro não é, de regra preposto de empreitante (Desprovimento) (T4)	RESP 4.954-MG	10/12/90	293	195

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Acidente do Trabalho - Percepção de indenização acidentária - Não exclui, nem restringe ou limita, a de Direito Comum fundada no dolo ou culpa do empregador - A idade-limite para os dependentes receberem suas quotas da pensão é, de regra, coincidente com a maioridade civil - Presumivelmente reveladora da emancipação econômica (Provimento) (T4)	RESP 10.513-SP	07/10/91	588	60
Alienação Fiduciária em Garantia - A lei admite a possibilidade de serem fiduciariamente alienados bens já antes pertencentes ao devedor - Não adquiridos com o produto do financiamento - Exclusão, todavia, da cominação de prisão civil - Não essencial à natureza da ação de depósito (Provimento parcial) (T4)	RESP 7.943-RS	10/06/91	465	45
Alienação Fiduciária em Garantia - Busca e apreensão do bem - Cambiais emitidas em garantia - A venda extrajudicial do bem, independentemente de prévia avaliação e de anuência do devedor quanto ao preço - Retira ao crédito remanescente a característica de liquidez, e ao título dele representativo, a qualidade de título executivo - Pelo saldo devedor responde pessoalmente, em processo de conhecimentos, o devedor principal (Desprovimento) (T4)	RESP 4.605-SP	10/06/91	464	120

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Alienação Fiduciária em Garantia - Os bens fungíveis que constituem mercadorias comerciáveis de empresa devedora, ou matéria-prima de seus produtos comerciáveis - Não podem ser objeto de alienação fiduciária - Infringe à própria natureza do instituto a alienação em garantia de bens fungíveis destinados necessariamente a servir de insumo ou matéria-prima - No exercício do ramo de mercância do devedor (Desprovisamento) (T4)</p>	<p align="center">RESP 2.431-SP</p>	10/09/90	206	14
<p>Alienação Fiduciária em Garantia - Veículo automotor - Necessidade de sua anotação no certificado de registro - Previsto no art. 52 do CNT - A regra busca tutelar a boa-fé dos adquirentes de veículos - Ante a impossibilidade prática de pesquisa nos escritórios de títulos e documentos do domicílio de eventuais credores fiduciários do vendedor do veículo (Desprovisamento) (T4)</p>	<p align="center">RESP 1.774-SP</p>	30/04/90	132	112
<p>Alienação Fiduciária em Garantia - Venda extrajudicial do bem - Independentemente de prévia avaliação ou da anuência do devedor quanto ao preço - Retira ao crédito a característica de liquidez, e ao título, em consequência, a característica de título executivo - Pelo saldo somente responde pessoalmente o devedor principal (Desprovisamento) (T4)</p>	<p align="center">RESP 2.997-SC</p>	18/02/91	318	112

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Arrendamento Mercantil - "Leasing" de veículo automotor, fabricado no Brasil - Invalidez de cláusula - Em contrato de adesão, outorgando amplo mandato ao credor, ou a empresa do mesmo grupo financeiro - Para emitir título cambiário contra o próprio devedor e mandante - Reajuste da dívida pela paridade com moeda estrangeira - Legislação que veda a estipulação, em contratos executáveis no Brasil (Provimento parcial) (T4)	RESP 1.641-RJ	22/04/91	398	135
Ato Jurídico - Por pública escritura, nominado como renúncia à doação, equivale a uma nova doação - Subordinada à condição suspensiva do falecimento do doador em decorrência de intervenção cirúrgica grave e iminente - Falecimento, ocorrido posteriormente - Afirmação de que se trata de doação entre vivos, que não pode prescindir de aceitação do donatário - Deve ser manifestada em vida do doador, sob pena de caducidade da doação (Provimento) (T4)	RESP 444-RJ	15/10/90	240	40
Audiência - Havendo antecipação, devem ser intimados pessoalmente os advogados para ciência da nova designação - Sendo nula a intimação feita por publicação pela imprensa - Nullidade invocada pela parte na primeira oportunidade que teve para falar nos autos (Provimento) (T4)	RESP 32.830-MG	02/08/93	1636	52
Cédulas de Crédito Rural - Capitalização mensal de juros - Alegação de anatocismo - Rejeitada - Possibilidade, enquanto não regulamentada a norma da CF-88 (Provimento) (T4)	RESP 26.753-RS	16/11/92	1309	257

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Cheque Administrativo - Sustação pelo Banco do pagamento ao endossatário - Em decorrência de oposição do endossante - A circunstância de ter sido sacado pelo estabelecimento bancário contra sua própria caixa, não afasta a aplicação do Instituto da oposição motivada, nos termos do art. 3º da Lei 7.357/85 - Fica o Banco exonerado do compromisso de honrar o cheque de sua emissão - Ressalvadas as pretensões, cambiárias ou não, que possam assistir ao endossatário frente ao endossante (Provimento) (T4)	RESP 16.713-MS	28/06/93	1610	129
Citação - Aplicação de Teoria da Aparência - É admissível a citação na pessoa que se apresenta ostensivamente com poderes de gerência-geral ou de representação da firma - Matéria de fato, exaurida pelo Acórdão é insuscetível de reexame no âmbito de apelo especial (Desconhecimento) (T4)	RESP 26.610-SP	26/10/92	1270	170
Cláusula de Incomunicabilidade - Sub-rogação de Imóvel já pertencente aos cônjuges, casados sob regime de comunhão de bens - A imposição das cláusulas de Inalienabilidade, Impenhorabilidade e Incomunicabilidade, com sub-rogação em Imóvel já de propriedade do casado com comunhão de bens - Não importa em privar o marido do domínio sobre sua metade ideal no mesmo Imóvel - Tal metade ideal pode, após partilha decorrente de desquite, ser objeto de legado testamentário (Provimento) (T4)	RESP 8.786-SP	30/08/93	1677	124
Competência - Ação de Divórcio - Privilégio de foro em favor da mulher - Competência é o foro do local de residência da ré, na demanda promovida pelo marido (Conhecimento) (S2)	CC 3.344-SP	23/11/92	1315	164

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Competência - Ação de execução e ação declaratória, aquela perante a Justiça Estadual, esta perante a Justiça Federal - Avocação, pelo Julz Federal, ação de execução, por entender ocorrente conexão entre demandas - A conexão não implica na reunião de processos, quando não se tratar de competência relativa - A competência absoluta da Justiça Federal, fixada na Constituição, é improrrogável por conexão - Não podendo abranger causa em que a União, autarquia, fundação ou empresa pública não for parte (Conhecimento) (S2)	CC 832-MS	29/10/90	251	163
Competência - Ação de rescisão de promessa de compra e venda cumulada com pedido de reintegração de posse - Se o pedido possessório apresenta-se como mera decorrência do pedido principal fundado em inadimplemento contratual - Não incide a norma de competência absoluta (Desprolimento) (T4)	RESP 13.125-SP	03/11/90	1275	221
Competência - Ação objetivando transferência de direito de uso de linha telefônica - Promovida por usuário contra Companhia Telefônica - Falta de Interesse da União Federal - Justiça Estadual (Conhecimento) (S2)	CC 208-RJ	30/10/89	46	62
Competência - Arrendamento mercantil - Contrato de adesão - Cláusula de eleição de foro - Limitações a sua aplicação - Deve prevalecer as regras de competência alusivas ao local do negócio e do pagamento das prestações (Conhecimento) (T4)	RESP 27.122-MG	14/12/92	1357	36

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Competência - Contrato de parceria rural de gado - Celebrado entre entidade privada (Missão salesiana, mantenedora da colônia indígena São Marcos) e pessoas físicas - Não tem por objeto, direito indígena, merecedor de tutela através da Justiça Federal - O TRF não é competente para julgar recurso de sentença prolatada por Juiz Estadual no exercício de Jurisdição Estadual - Competência do Tribunal Estadual (Conhecimento) (T4)	CC 3.585-MT	29/03/93	1450	108
Competência - Embargos de Terceiro - Se o Juízo deprecante, em execução por carta - Não indica expressamente qual o bem a ser penhorado - Competência do Juízo deprecado (Conhecimento) (S2)	CC 271-MT	21/08/89	08	199
Competência - Execução - Concurso particular de preferências - Intervenção de empresa pública federal - Decisão Interlocutória proferida por Juiz Estadual - Tribunal Estadual (Conhecimento) (S2)	CC 2.295-PR	24/02/92	766	56
Competência - Empresa Pública Federal - (BNDES) - Alegação de litisconsórcio necessário - Antes de citado o apontado litisconsorte, e de manifestar o mesmo interesse na demanda - Competente para o processo Justiça Estadual (Conhecimento) (S2)	CC 793-SC	22/10/90	244	172
Competência - Fundação Universidade de Brasília (FUB) - As fundações públicas federais como entidades de direito privado, são equiparadas às empresas públicas - Aplicação de norma Constitucional - Justiça Federal (Conhecimento) (S2)	CC 77-DF	04/09/89	15	56

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Competência - Investigação de paternidade cumulada com alimentos - Prevalência do Foro Especial da Ação de Alimentos, sobre o Foro Geral do Domicílio, previsto para as Ações de Investigação de Paternidade (Conhecimento) (S2)	CC 214-SC	28/08/89	12	54
Competência - Mandado de Segurança - Impetrado por servidor municipal celetista - Contrato de Prefeito Municipal que o demitiu do emprego - Justiça do Trabalho (Conhecimento) (S2)	CC 732-MG	16/04/90	125	83
Competência - Mandado de Segurança - Junta Comercial - Em se tratando de Ação de Mandado de Segurança, a competência se define em razão da função desempenhada pela autoridade apontada como coatora - As Juntas Comerciais efetuam o registro do comércio por declaração Federal (Conhecimento) (S2)	CC 1.994-PE	16/11/92	1312	118
Competência - Professores admitidos no magistério público de São Paulo em caráter temporário - Exercício de funções de natureza permanente - Pretensões as vantagens funcionais, inclusive as alusivas às normas da CLT - Justiça Estadual (Conhecimento) (S2)	CC 276-SP	27/11/89	63	95
Competência - Servidor municipal aposentado - Vantagens funcionais estatutárias - Legislação local - Justiça Estadual (Conhecimento) (S2)	CC 758-MG	05/03/90	97	36
Competência - Usucapião - A só circunstância de área rural não registrada estar localizada na faixa de fronteira não a torna devoluta - Nem autoriza inclusão entre os bens de domínio da União e, portanto, não usucapíveis - Incomprovado o domínio da União Federal - Compete à Justiça Estadual processar e julgar a ação de usucapião (Conhecimento) (S2)	CC 175-RS	28/08/89	12	08

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Compromisso de Compra e Venda de Imóvel - Penhora em execução hipotecária - Não pode ser oposto o compromisso, não registrado, contra penhora em execução por crédito hipotecário - Prevalência do direito real de garantia contra o direito pessoal do possuidor (Desconhecimento) (T4)	RESP 2.414-SP	06/08/90	178	228
Concordata Preventiva - Em épocas de inflação acentuada, suspender por largo tempo a incidência da correção monetária dos créditos em habilitação - Ao passo em que se valoriza nominalmente o ativo do concordatário - Equivalerá à total ruptura da comutatividade dos contratos, em ofensa à regra da igualdade perante a lei (Provimento) (S2)	RESP 613-MG	16/04/90	125	37
Concordata Preventiva - Contrato de Câmbio - Pedido de restituição de adiantamento - Está sujeito a condição estabelecida na Lei Falencial - Devendo o adiantamento ter sido efetuado nos quinze dias anteriores ao requerimento da concordata - Cumpre não supervalorizar, colocando o pedido de restituição do dinheiro, com devida correção monetária, em prejuízos aos créditos privilegiados das relações trabalhistas, previdenciárias ou fazendárias, e aos demais créditos (Desconhecimento) (T4)	RESP 7.731-SP	11/11/91	646	27
Concordata Preventiva - Habilitação de crédito - Correção monetária - Os créditos habilitados devem ser corrigidos desde o vencimento até o seu efetivo pagamento - A Lei 6.899/81, aplica-se aos processos regidos pela Lei Falencial - Propiciando uma relação isonômica entre o ativo da massa, cujos bens são valorizados nominalmente pela inflação (Provimento) (T4)	RESP 31.441-SP	02/08/93	1635	58

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Concordata Preventiva - O concordatário tem a faculdade de desistir da concordata - Por se cuidar de favor que lhe é por lei concedido - A faculdade não se apresenta incondicionada - O pedido de desistência não deve ser homologado - Quando vise impedir a conversão da concordata em falência - O Ministério Público é parte legítima para recorrer da sentença homologatória (Desconhecimento) (T4)	RESP 555-RJ	19/02/90	91	125
Concordata Suspensiva - Créditos com garantia real - Mesmo se já habilitados no Juízo falencial - São excluídos do Juízo da Concordata Suspensiva - A Concordata obriga tão-somente a todos os credores quílografá-los (Provlmento) (T4)	RESP 14.616-PB	18/05/92	939	55
Concubinato - Perquirir se houve ou não sociedade de fato - Se o patrimônio resultou ou não de esforço comum - Exige a análise e o exame das provas, insuscetível de renovação em recurso especial - Se a demandante pede participação meira e lhe são deferidas trinta por cento, ocorreu sucumbência recíproca (Provlmento parcial) (T4)	RESP 1.412-RJ	27/11/89	65	200
Concubinato - Por longos anos, com vivência "more uxório" e proclamada a efetiva colaboração da companheira na formação do patrimônio - Conduzirá ao reconhecimento da sociedade de fato - Em tese à partilha dos bens, considerando-se irrelevante o fato de o companheiro ser legalmente casado sob regime de comunhão (Desconhecimento) (T4)	RESP 13.785-PR	24/02/92	770	79

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Consignação em Pagamento - Ajuzada por promitentes compradores de unidades habitacionais contra a construtora - A quem devem, e contra a empresa que financiou a construção e se tomou credora hipotecária do conjunto - Legítimo Interesse em, consignar suas prestações a fim de que os pagamentos sejam imputados ao adimplemento parcial da dívida da construtora, que está em mora, para com a credora hipotecária (Desconhecimento) (T4)	RESP 2.807-RJ	22/10/90	246	43
Consignação em Pagamento - Aluguéis - Réu no exterior - Citação na pessoa do administrador - Não pode ser citado aquele que afirma não mais estar autorizado a receber os aluguéis e a administrar o imóvel locado (Desconhecimento) (T4)	RESP 1.265-RJ	18/12/89	80	206
Consignação em Pagamento - A faculdade de o devedor de título cambiário, depositar a sua importância junto da autoridade competente - É processualmente exercitável exatamente através da ação de consignação em pagamento - Inclusive nos casos de dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento (Desprolimento) (T4)	RESP 952-RS	06/11/89	188	52
Consignação em Pagamento - Contrato de financiamento rural - Prazo para o ajuizamento da consignatória - Amplitude da cognição na consignatória - Superveniência de Resolução do Banco Central, e sua aplicabilidade (Desconhecimento) (T4)	RESP 1.426-MS	02/04/90	117	139

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Consignação em Pagamento - É possível a utilização de cruzados novos bloqueados - Mediante a transferência de titularidade - Para pagamento de dívidas e operações comprovadamente contratadas antes de 15 de março de 1990 - Observados os prazos e condições referidas na legislação - Pagamento de prestações devidas em contrato de consórcio (Provlmento) (T4)</p>	<p>RESP 20.426-MG</p>	<p>18/05/92</p>	<p>943</p>	<p>14</p>
<p>Consignação em Pagamento - "Plano Verão" - Contrato de promessa de venda de bem imóvel - Não abrangido pelas normas do SFH - Índice de reajustamento das prestações vencidas após a vigência da Lei 7.774/89 - Não incidência do IPC como indexador - Aplicação, relativamente a tais prestações, dos índices setoriais que melhor refletem a evolução dos custos da construção civil (Provlmento) (T4)</p>	<p>RESP 16.819-SP</p>	<p>19/04/93</p>	<p>1471</p>	<p>183</p>
<p>Consignação em Pagamento - Efetuado depósito através de cheque emitido contra banco estrangeiro, sem provisão de fundos - Mantém-se a decisão de primeira instância que decretou a extinção do processo - Ação ajuizada por Estado estrangeiro contra pessoas domiciliadas no Brasil - Competência do STJ, em segundo grau de jurisdição (Desprovlmento) (T4)</p>	<p>AC 12-DF</p>	<p>03/11/92</p>	<p>1274</p>	<p>01</p>
<p>Consórcio de Automóveis - Ao participante que dele se afasta é devida, quando do encerramento do plano, a devolução das prestações pagas, com correção monetária - A cláusula do contrato de adesão, que exclui, a atualização da quantia a ser restituída, é de ser considerada leonina e sem validade, importando em locupletamento da Administradora - Não pode ser tida, como cláusula penal - Incidência de juros de mora (Desprovlmento) (T4)</p>	<p>RESP 7.326-RS</p>	<p>13/05/91</p>	<p>427</p>	<p>53</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Contrato de Câmbio - A correção monetária integra o valor da restituição, em caso de adiantamento de câmbio, requerida em concordata ou falência - A correção monetária aplica-se a todos os créditos habilitados - Tem por objetivo a igualdade de tratamento entre credores ativo e passivo da massa falida (Provlmento) (T4)</p>	<p>RESP 30.742-SP</p>	<p>24/05/93</p>	<p>1549</p>	<p>104</p>
<p>Contrato de Câmbio - A restituição, é do valor do adiantamento devidamente corrigido - Não cabendo submeter a parcela da correção a regime jurídico diverso, como simples crédito quirografário - A correção monetária não é um "plus" que se acresce, mas um "minus" que se evita (Provlmento) (T4)</p>	<p>RESP 5.926-RS</p>	<p>25/03/91</p>	<p>368</p>	<p>149</p>
<p>Contrato de Câmbio - A restituição da quantia em moeda nacional - Adiantada ao exportador por conta de contrato de câmbio - Deverá fazer-se devidamente corrigida - É incabível a pretensão à conversão do crédito pelo câmbio do dia em que foi mandada processar a concordata (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 8.756-SP</p>	<p>09/12/91</p>	<p>701</p>	<p>76</p>
<p>Contrato de Compra e Venda - Preço fixado e indexado em dólares, para pagamento em cruzeiros - Nulidade da cláusula - É taxativamente vedada a estipulação, em contratos exequíveis no Brasil, de pagamento em moeda estrangeira - Equivalendo calcular a dívida com indexação ao dólar norte americano, e não a índice oficial ou oficioso de correção monetária, lícito segundo as leis nacionais (Provlmento) (T4)</p>	<p>RESP 23.707-MG</p>	<p>02/08/93</p>	<p>1632</p>	<p>232</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Contratos de Empreitada - Construção da ferrovia do aço - Pagamento com atraso - Pretensão a juros moratórios e correção monetária - Não obstante realizados os pagamentos com atraso, estaria provado que os preços não eram fixos e foram reajustados todas as vezes que se fazia necessário - Afastamento da mora - Ausência da questão federal (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 27.108-RJ</p>	<p>02/08/93</p>	<p>1634</p>	<p>09</p>
<p>Contrato de Financiamento Rural - Cédulas rurais pignoratícia e hipotecária - Validade e eficácia da estipulação relativa à correção monetária - Construção pretoriana e doutrinária, antecipando-se ao legislador - Ao adotar a correção como imperativo econômico, jurídico e ético indispensável à plena indenização dos danos e ao fiel e completo adimplemento das obrigações, dispensou a prévia autorização legal para a sua aplicação (Provimento) (T4)</p>	<p>RESP 3.170-MG</p>	<p>27/08/90</p>	<p>194</p>	<p>118</p>
<p>Contrato de Seguro - Incêndio - A comunicação do sinistro, feito pelo segurado ao segurador - Não constitui condição suspensiva do contrato de seguro - Nem causa interruptiva do prazo prescricional - Durante o tempo em que a seguradora estuda a comunicação - Até que dê ciência ao segurado de sua recusa ao pagamento da indenização, considera-se apenas suspenso o prazo prescricional - Que recomeça, de então, a correr pelo tempo faltante (Provimento) (T4)</p>	<p>RESP 8.770-SP</p>	<p>13/05/91</p>	<p>429</p>	<p>95</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Contratos Preliminares - Responsabilidade direta e solidária da construtora, signatária dos contratos preliminares rescindendo - Mandada citar como litisconsorte passiva necessária e não como denunciada - Correção monetária, em se cuidando de ilícito contratual, representando mera atualização do valor aquisitivo da moeda aviltada pela inflação (Provimento) (T4)	RESP 18.606-SP	21/06/93	1598	133
Crédito Rural - Anatoicismo - A regra especial da lei, excepciona a norma da lei de usura - Permitindo a capitalização dos juros nos prazos autorizados pelo Conselho Monetário Nacional - Não incidência a situações pretéritas - Cabe ao Judiciário interpretar o contrato a luz das normas vigentes ao tempo da contratação e da execução - Comutatividade contratual (Provimento) (T4)	RESP 30.537-RS	30/08/93	1682	27
Crédito Rural - Na atual conjuntura inflacionária - Não será pagamento aquele feito sem correção monetária, máxime quando pactuada - Não há lei que proíba a estipulação da correção nas dívidas rurais (Desprovimento) (T4)	AGA 36.195-MG	02/08/93	1624	89
Dação em Pagamento - Análise da qualificação jurídica do contrato, para extinção total ou parcial de débitos decorrentes de financiamentos bancários - Não incidência do art. 205 do Código Comercial - Que pela interpretação mais adequada permite a interposição extrajudicial - Desde que idônea, como realizada por intermédio de ofício de Títulos e Documentos (Provimento) (T4)	RESP 11.717-RJ	04/05/92	907	21

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Direito Cambial - É nula, a cláusula contratual de outorga de mandato, pelo mutuário, a pessoa jurídica integrante do grupo econômico do mutuante - A finalidade é de emitir ou avallar nota promissória em favor do mesmo mutuante - É defesa a sujeição de uma das partes ao arbítrio da outra - Nullidade, em decorrência, da nota promissória emitida pela mandatária (Desprovisão) (T4)	RESP 13.421-RS	08/06/92	984	100
Duplicata - Aceita e endossada, legitimado a receber o pagamento é o endossatário - O devedor que paga a quem não é o detentor do título, contentando-se com simples quitação em documentos separado, corre o risco de ter de pagar segunda vez ao legítimo portador - Quem paga mal paga duas vezes - Protesto intentado pelo endossatário - Sua necessidade, para resguardo do direito cambiário de regresso contra o endossante (Provisão) (T4)	RESP 596-RS	06/11/89	52	01
Duplicata - Endossada a estabelecimento bancário antes do aceite - Recusado pela firma sacada arguindo inexistência de negócios subjacentes de compra e venda - Tratando-se de protesto necessário ao exercício da ação regressiva contra o endossante - Incomprovada má-fé do endossatário ao tempo do negócio de desconto bancário que deu causa aos endossos - Não podem ser anulados os títulos, que gozam de plena eficácia cambiária entre endossante e endossatário (Provisão) (T4)	RESP 505-RJ	16/10/89	38	169

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Denúnciação da Lide - Litisconsórcio - Prazo em dobro para apelar - Aplica-se a regra benévola do CPC em tendo denunciante e denunciado haja apelado da sentença de procedência da ação principal e da ação regressiva (Provimento) (T4)	RESP 32.867-SP	02/08/93	1636	68
Denúnciação da Lide - O magistrado não está obrigado a admitir sucessivas denúncias da lide - Devendo indeferir-las, certamente que com resguardo de posterior ação direta - Naqueles casos em que possa ocorrer demasiada demora no andamento do feito com manifesto prejuízo à parte autora (Desconhecimento) (T4)	RESP 9.876-SP	12/08/91	512	115
Embargos do Devedor - Opostos pelo espólio na execução de sentença - Morte do réu, após citado no processo de conhecimento, em procedimento sumaríssimo - Não habilitação dos sucessores - Nulidade decretada, dos atos processuais, após óbito, assumindo os embargos caráter rescindente (Desconhecimento) (T4)	RESP 8.609-PR	03/08/92	1072	32
Embargos de Terceiro - O promitente comprador, por contrato irrevogável, devidamente emitido na posse do imóvel, pode opor embargos de terceiro possuidor - Para impedir penhora promovida por credor do promitente vendedor - A ação do promitente comprador não é obstada pela circunstância de não se encontrar o pré-contrato registrado no ofício imobiliário - Inocorrência de fraude à execução (Desprovimento) (T4)	RESP 1.310-SP	18/12/89	81	20

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Empreitada - Construção de edifício - Concelto de segurança do prédio - Vazamento nas instalações hidráulicas - Contatados periclamente e afirmados como defeitos de maior gravidade nas Instâncias locais - Não é seguro um edifício que não proporcione a seus moradores condições normais de habitabilidade e insalubridade - Prazo quinquenal de garantia (Desconhecimento) (T4)	RESP 1.882-RJ	26/03/90	114	163
Estelionato - Cheque falso - Banco comercial - Responsabilidade civil - Culpa concorrente - Reconhecida a culpa concorrente, do estabelecimento bancário e do correntista, impõe-se abrandar, mas não excluir, a responsabilidade do Banco (Desprolimento) (T4)	AGA 20.436-MG	29/06/92	1032	28
Execução - A lei não proibe que o credor promova execução com base em mais de um título executivo, decorrentes de um mesmo negócio - Contrato de financiamento e nota promissória - Mesmo se a garantia fosse considerada mera fiança - Não poderia o tribunal "de ofício", excluir o flador - Cabe privativamente à mulher ou seus herdeiros, demandar a anulação dos atos do marido praticados sem a outorga uxória (Provlimento) (T4)	RESP 5.377-RS	05/08/91	502	08
Execução - A nota promissória sem data de emissão, não se caracteriza como título executivo - Ainda que se possa admitir o preenchimento do claro pelo portador - Mas há de fazê-lo até o ajuizamento da ação - Caso contrário, ocorre carência da ação de execução à falta de título executivo regular (Desprovlimento) (T4)	RESP 2.342-PR	10/09/90	205	183

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Execução - Ajuzado por portador de cheque, terceiro de boa-fé - Embargos do devedor oferecido por emitente, alegando descumprimento do negócio subjacente - O cheque é título literal e abstrato - Exceções pessoais, ligadas ao negócio subjacente, somente podem ser opostas a quem tenha participado do negócio - Questões ligadas à causa "debendi" originária não podem ser manifestadas contra o terceiro legítimo portador do título (Provimento) (T4)	RESP 2.814-MT	06/08/90	180	140
Execução - Baseada unicamente no título cambial, nota promissória - Não se poderá exigir do devedor se não o adimplemento das obrigações cambialmente assumidas - São inexigíveis, na execução, obrigações outras assumidas no contrato subjacente à emissão da cartula - Contrato que aliás não se constitui em título executivo, pois subscrito por apenas uma testemunha (Provimento) (T4)	RESP 2.598-MG	10/09/90	206	77
Execução Cambial - Fraude - Somente se caracteriza a fraude, quando a alienação é realizada já pendente àquela demanda que dá origem à penhora, contra a qual se insurge o adquirente mediante embargos de terceiro (Provimento) (T4)	RESP 327-SP	16/10/89	38	62
Execução - Com base em cambial e em contrato de financiamento bancário - Contra os avalistas da nota promissória e devedores solidários por cláusula contratual - Inexigibilidade da comissão de permanência e da correção monetária cumulativamente - Exigibilidade da multa contratualmente avençada (Provimento parcial) (T4)	RESP 31.561-MG	10/05/93	1518	105

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Execução de Consignatória - A circunstância de o devedor ter ajuizado ação de consignação em pagamento não obsta a que o credor, munido de título executivo, proponha a ação de execução - A conexão poderá impor, o julgamento conjunto da consignatória e de eventuais embargos do devedor - Ao credor por título executivo assiste o direito à segurança do Juízo através da penhora, além da garantia constitucional do acesso pleno ao Judiciário (Provimento) (T4)	RESP 2.793-MT	03/12/90	285	33
Execução - Contrato de financiamento bancário e nota promissória dele decorrente - O avalista da cambial, e que assina como principal pagador o contrato - Não deve ser excluído da relação jurídica processual (Provimento) (T4)	RESP 2.945-MG	24/09/90	219	76
Execução - Cumulação - O art. 573 do CPC não impede a execução promovida simultaneamente contra o devedor principal - Com base no contrato, e contra os avalistas, com arrimo na nota promissória emitida em decorrência da mesma dívida contratual (Provimento) (T4)	RESP 3.680-MG	03/12/90	285	207
Execução - Face ao Interesse da Justiça no andamento dos processos como instrumento da jurisdição, e portanto na realização da penhora - Máxime quando interessada pessoa jurídica que lida com patrimônio da população - Admite-se a requerimento da parte - A requisição pelo Julz de Informações à Receita Federal sobre bens declarados pela firma devedora (Provimento) (T4)	RESP 8.795-CE	01/06/92	968	64

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Execução - Meação da mulher casada - Embargo de terceiro - Aval dado pelo marido - Ônus da prova do benefício à família - Pelo Estatuto da Mulher Casada e reforçado pela Constituição Federal, a meação da mulher não responde pelos títulos de dívida de qualquer natureza firmados apenas pelo marido - Caso em que o tribunal local considerou não comprovado estivesse realmente o dador do aval na posição jurídica de sócio ou diretor da empresa avalizada (Desprovinimento) (T4)	RESP 1.930-RS	30/04/90	136	74
Execução - Não impede a execução com base simultaneamente no contrato de financiamento e no título cambial emitido em garantia e ao mesmo vinculado - A liquidez dos títulos não fica prejudicada pela alegação de cobrança excessiva de comissão de permanência ou de encargos contratuais - Devendo eventuais excessos de encargos serem abatidos do montante exequendo (Provinimento) (T4)	RESP 4.912-MG	05/08/91	501	205
Execução - O avalista é responsável da mesma maneira que a pessoa por ele afiançada - Extinta a dívida, pelo pagamento sob a isenção da correção monetária - Extinta igualmente a obrigação do garante (Desprovinimento) (T4)	RESP 12.392-SP	04/11/92	637	99
Execução - Penhora e arrematação de direito de posse sobre gleba rural - Imóvel pertencente à União Federal - Pedido do arrematante para a devolução do preço - Posição do arrematante em situação análoga à do evicto (Desconhecimento) (T4)	RESP 1.161-GO	11/12/89	75	09

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Execução - Penhor rural - Desaparecimento dos produtos apenados, desviados pela firma depositária - Pedido do banco, credor pignoratício, de penhora em outros bens - Os bens apenados ou seu equivalente em dinheiro, ressalvando expressamente ao credor a possibilidade de substituição da penhora - O completo desfalque da garantia real pela frustração da execução da sentença proferida na ação de depósito ajuizada pelo próprio banco credor (Desconhecimento) (T4)	RESP 2.151-SP	26/11/90	279	139
Execução - Penhora - Requisição de informações a Receita Federal - Possibilidade - Em face do interesse da justiça na realização da penhora, para permitir a execução forçada - Tendo em vista que o patrimônio do devedor é a garantia do credor, não podendo o devedor ocultar seus bens - Legítima é a requisição, pelo Juiz, de informações sobre os bens do executado constantes de sua declaração para fins de pagamento do imposto de renda (Provímento) (T4)	RESP 10.896-PB	11/05/92	926	58
Falência - Habilitação de crédito com garantia real - Incidência - Correção monetária - A Lei 6.899/81 é de caráter geral, e de amplo alcance, de incidência - Portanto, compatível com as hipóteses de habilitação de crédito com garantia real (Desconhecimento) (T4)	RESP 62-RS	04/09/89	15	17
Falência - Crédito admitido como quirografário - Correção monetária - A Lei 6.899/81, aplica-se aos processos regidos pela Lei Falencial - Propiciando uma relação isonômica entre o ativo da massa, cujos bens são valorizados nominalmente pela inflação - Seu passivo, que não pode permanecer nos valores nominais originários, sob pena de os créditos contra a massa, terminarem reduzidos a valores simbólicos, resultando no enriquecimento sem causa do falido (Provímento) (T4)	RESP 11.832-MS	09/12/91	705	36

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Falência - Nos processos, o procedimento e os prazos da apelação e do agravo de instrumento são do CPC - O prazo para a apelação será contado após a intimação da parte, nos termos do aludido Código (Provimento) (T4)	RESP 1.711-RJ	26/03/90	114	120
Financiamento Bancário - Comissão de permanência e correção monetária - Impossibilidade de cumulação - Exigibilidade da comissão de permanência até o efetivo pagamento do débito - Nas operações financeiras, a comissão de permanência, quando pactuada, é exigível até o efetivo pagamento, mas não pode ser cumulada com correção monetária (Provimento) (T4)	RESP 11.953-SP	26/11/91	722	153
Fraude a Execução - Ação anulatória de arrematação - Escritura de alienação lavrada após a distribuição do feito antes da citação - Penhora não registrada - Imóvel adquirido sucessivamente por terceira pessoa, autora da demanda anulatória - Para que se considere a alienação em fraude a execução, não basta o ajuizamento da ação, sendo necessária a citação válida do executado em ação capaz de reduzi-lo à insolvência (Provimento) (T4)	RESP 9.789-SP	03/08/92	1073	53
Garantia Hipotecária - Destruídos por incêndio os bens dados em garantia - A hipoteca passa a incidir sobre o valor do respectivo seguro - A seguradora deve pagar ao credor hipotecário, a quem assistirá preferência até seu completo reembolso - É irrelevante a circunstância de no contrato de seguro figurar como segurada firma outra que não a devedora hipotecária (Provimento) (T4)	RESP 1.533-PR	16/04/90	126	64

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Herança - Ação de anulação de atos jurídicos - Translativos de propriedade em regime de condomínio - Investigação de paternidade - Herdeiros - Legitimidade "ad causam" ativa de filhos não reconhecidos de condômino já falecido - Sucessores - Usucaplão - Partilha - Prescrição - Princípio legal da indivisibilidade do direito à herança - Ressarcimento - Perdas e danos (Provlmento parcial) (T4)	RESP 23-PR	16/10/89	36	98
Honorários de Advogado - Compensam-se parcialmente os honorários devido ao executado, vitorioso na demanda incidental dos embargos do devedor - Com os honorários devidos pelo executado ao exeqüente, ante o caráter parcial dos embargos, onde o débito principal não foi objeto de questionamento (Desconhecimento) (T4)	RESP 17.007-SP	19/04/93	1471	196
Honorários de Advogado - Em se tratando de condenação em honorários advocatícios sobre o valor da causa - A correção monetária incide a partir desta, e não, do ajuizamento da ação (Provlmento) (T4)	RESP 1.402-RJ	19/03/90	110	24
Honorários de Advogado - Sucumbência - Compensação - Ação autônoma - A condenação do vencido na verba honorária destina-se a compensar o vencedor, ao menos em parte, pela quantia já paga ao respectivo advogado - O direito autônomo, pressupõe não haja ainda o constituinte remunerado seu procurador judicial - Possibilidade, de compensação de verbas honorárias, de que os litigantes sejam reciprocamente devedores (Provlmento) (T4)	RESP 1.144-RJ	18/12/89	80	101

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Honorários de Advogado - Tendo o magistrado fixado os honorários em percentagem sobre o valor da causa - Este valor deve ser corrigido monetariamente a partir da data do ajuizamento da demanda, até a data do cálculo da verba honorária (Desprovinimento) (S2)	RESP 2.870-MS	03/12/90	285	86
Impenhorabilidade - Comprovação de sua incidência - O executado, em invocando a tutela da Lei 8.009/90, deve trazer ao Agravo de Instrumento, Interposto contra a decisão Interlocutória que lhe indeferiu pedido de levantamento da penhora, os elementos capazes de caracterizar o bem penhorado e sua destinação, tais como cópia do auto de penhora - Omissão - Arca o agravante com o ônus de sua inatividade (Desconhecimento) (T4)	RESP 32.499-MG	30/08/93	1682	236
Inventariante - Partilha dos bens - Nomeação de companheira - Esposa eclesástica - Considerada estranha à herança - Não contraria o CPC, a decisão que mantém como inventariante a pessoa casada pelo religioso, que viveu com "de cujus" muitos anos e teve vários filhos - Impugnação manifestada por filhos do leito anterior (Desconhecimento) (T4)	RESP 520-CE	04/12/89	69	30
Juros - Financiamento bancário através de mero contrato de abertura de crédito - O STJ, após período inicial de divergência - Adotou entendimento permissivo da capitalização até mensal dos juros, mas isso existindo expresso dispositivo de lei que a admita - Como para os créditos rurais, industriais, comerciais (Desconhecimento) (T4)	RESP 28.509-RS	01/03/93	1400	298

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Lei de Falência - Não se estende aos fiadores e garantes do falido - Contra os quais a conversão da moeda estrangeira em nacional se fará pelo câmbio do dia do pagamento - A finalidade da garantia é exatamente transferir do credor para o garante os riscos da insolvência do devedor (Desconhecimento) (T4)	RESP 303-SP	06/11/89	51	130
Linha Telefônica - Bens de família - Impenhorabilidade - A Lei 8.009/90, incluída nas execuções em curso e nas penhoras efetivadas anteriormente a data de edição da Medida Provisória 143/90, ressalvada a penhorabilidade da linha telefônica de que é titular a devedora (Provisionamento parcial) (T4)	RESP 18.997-DF	03/08/92	1082	97
Liquidação por Cálculo do Contador - Somente o erro de conta ou de cálculo, pode ser corrigido a qualquer tempo - Sentença de homologação do cálculo com trânsito em julgado - A questão sobre o termo "a quo" da correção monetária dos honorários de advogado constitui critério do cálculo, e não mera questão aritmética - Coberta pela autoridade da coisa julgada, tal questão não poderá ser renovada em embargos do devedor (Desprovisionamento) (T4)	RESP 671-MS	27/11/89	64	133
Litispêndência - Extinção do processo nas instâncias ordinárias - Ocorre litispêndência quando idêntica a parte, a causa de pedir e o pedido - O recurso especial apresenta-se inadmissível porquanto não apontadas como contrariadas as normas de lei pertinente a litispêndência e sua caracterização - O exame de ambas as demandas demonstra a identidade de motivos de pedir e de pedidos (Desconhecimento) (T4)	RESP 17.062-GO	17/05/93	1530	01

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Locação - Despejo por falta de pagamento - Purgação da mora - Correção monetária dos alugueres em atraso - Desde a edição da Lei 6.899/81, é devida a atualização dos alugueres no caso de purgação da mora, mesmo quando não pactuada no contrato (Provlmento) (T4)</p>	<p>RESP 19.965-SP</p>	<p>02/08/93</p>	<p>1632</p>	<p>162</p>
<p>Locação - Despejo - Retomada - Novo adquirente - Notificação prévia onde o autor afirma não mais convir a locação - Reside em Imóvel alheio - Pretensão de instalar a sua residência no Imóvel retomado (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 1.693-RJ</p>	<p>19/02/90</p>	<p>93</p>	<p>266</p>
<p>Locação - Despejo - Retomada pelo condomínio - Apartamento destinado pela convenção à moradia do zelador - Aplicação do art. 52, Item X, da Lei 6.649/49 (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 1.582-RJ</p>	<p>19/09/90</p>	<p>93</p>	<p>195</p>
<p>Locação - Obrigação permanente - Único patrimônio de ex-casal - Imóvel locado, mas posteriormente reocupado pela mulher - Obrigação do ex-marido ao pagamento condominiais de Imóvel que ficou para a ex-esposa - Só cessando em caso de alienação ou locação - Hipótese em que correrá à conta do Inquilino (Desprovlmento) (T4)</p>	<p>AGA 3.554-RJ</p>	<p>17/09/90</p>	<p>209</p>	<p>24</p>
<p>Locação - Plano cruzado - Prédio urbano não residencial - Discrepância entre lei e regulamento - Ilegalidade - A legislação decorrente do plano cruzado não autorizam a inclusão, das locações de prédios urbanos não residenciais, apresentando-se inquinado de ilegalidade o regulamento que altera a lei regulamentada (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 2.687-SP</p>	<p>10/12/90</p>	<p>292</p>	<p>20</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Mandado de Segurança - Ato judicial - Possibilidade - Curadoria especial, inclusive quando integrante do Ministério Público - Representar com plenitude a parte, (quer demandante, quer demandada), considerada merecedora de especial tutela jurídica - Cabendo-lhe impugnar as decisões judiciais tanto mediante recursos, como utilizando ações autônomas de impugnação (Provímento) (T4)	ROMS 1.768-RJ	19/04/93	1470	143
Mandado de Segurança - Ato judicial - Decisão denegatória de liminar - Ação cautelar de busca e apreensão - Percentual da renda de espetáculo artístico - O mandado de segurança não pode ser utilizado à guisa de sucedâneo recursal - O indeferimento da liminar não inova a situação litigiosa e não contraria as normas de proteção dos direitos autorais (Desprovimento) (T4)	REMS 1.996-RJ	23/11/92	1315	204
Mandado de Segurança - Ato judicial - Revisão de prestação de alimentos - É perfeitamente constitucional e cabível a fixação de alimentos com base em salários mínimos - O mandado de segurança não pode, outrossim, salvo casos de absoluta exceção, ser utilizado como sucedâneo recursal (Desprovimento) (T4)	ROMS 2.934-BA	21/06/93	1596	270
Mandado de Segurança - Ato jurisdicional - Acórdão que defere imissão de posse em favor do arrematante de imóvel - Imissão executada por mandado, com imediato desalojamento da companheira do executado - Impossibilidade de uso, pela companheira, da ação de mandado de segurança à guisa de embargos de terceiro possuidor, como sucedâneo de ação possessória (Desprovimento) (T4)	REMS 431-PR	10/09/90	203	131

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Marca - Registrada pela autora a marca "Radio-Cidade" como nominativa de seus serviços prestados através de várias emissoras radlofônicas - Marca caracterizada pela unção das duas expressões - Não pode ser utilizada integrando o nome comercial de outras radiodifusoras, em todo o território do país - O uso isolado da palavra "cidade" não está todavia defeso na composição do nome comercial de emissora de televisão (Provimento parcial) (T4)</p>	<p>RESP 7.259-CE</p>	<p>09/09/91</p>	<p>546</p>	<p>21</p>
<p>Mercado de Opções - Operações - Alegação de inexistência de autorização para operações de maior vulto e que resultaram ruinosas a pequeno investidor - Incumbe a corretora comprovar a existência de autorização, escrita ou resultante inequivocamente da conduta do investidor - Para que possa deste cobrar o saldo negativo resultante das operações (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 1.154-RJ</p>	<p>05/02/90</p>	<p>86</p>	<p>115</p>
<p>Mútuo Bancário - Capitalização mensal dos juros - Possibilidade em casos expressamente referidos em lei - Capitalização, sem embargo da lei de usura - Quando lei especial expressamente a autorize (Provimento parcial) (T4)</p>	<p>RESP 29.705-RN</p>	<p>05/04/93</p>	<p>1457</p>	<p>10</p>
<p>Nome Comercial - Embora a palavra "Global" seja de uso relativamente comum - Não é dado incluí-la na denominação social de uma empresa em detrimento aos interesses de outra - Que, com prioridade, a colocou em sua própria denominação, considerando-se a possibilidade de confusão da clientela - Por se situarem ambas na grande São Paulo e terem o mesmo objeto social (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 9.841-SP</p>	<p>30/09/91</p>	<p>577</p>	<p>98</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Nota de Crédito - A omissão da cláusula "a ordem" não implica em defeito formal do título, capaz de acarretar sua nulidade cambial - O vencimento antecipado, pelo não pagamento das prestações do financiamento bancário - O avalista é responsável na medida em que o é o avalizado (Desconhecimento) (T4)	RESP 17.029-RS	06/04/92	847	05
Nota Promissória - Emitida, por mandatário com poderes especiais - É inválida a cambial emitida com base em mandato de extensão não especificada, outorgado pelo devedor em favor de empresa integrante do mesmo grupo financeiro a que pertence a instituição credora - Conflito efetivo de interesse entre representante e representado - Comissão de permanência - Previsão contratual (Provisionamento parcial) (T4)	RESP 2.266-RJ	30/09/91	575	20
Nulidade Processual - Não deve ser declarada quando a parte a quem possa favorecer para ela contribuiu - Se absteve de qualquer impugnação, no curso da demanda, relativamente ao devido processo legal - Não deve o Tribunal substituir à parte na afirmação de prejuízos não invocados em tempo hábil - A crítica à sentença, quando haja o juiz errado, deve ser feita com moderação (Provisionamento) (T4)	RESP 2.232-RJ	06/08/90	178	98
Penhora e Arrematação - Direitos de posse - O arresto que autoriza a devolução ao arrematante, sob garantias, do preço pago pela aquisição de direitos de posse, sobre gleba rural - Gleba esta que pertence a União, sendo pelo INCRA entregue a posse a família de colonos reassentados - Posição do arrematante em situação análoga a do evicto (Desconhecimento) (T4)	RESP 1.161-GO	11/12/89	75	09

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Penhora de Bens - A intimação, será feita direta e pessoalmente ao executado - Independentemente da circunstância de já haver constituído procurador, atuante nos autos - A decisão do Presidente do Tribunal de origem, quanto aos pressupostos de admissibilidade do recurso especial - Deve necessariamente abranger não apenas os pressupostos recursais genéricos, como ainda os específicos do aludido recurso (Desconhecimento) (T4)	RESP 12.444-AL	04/05/92	907	97
Penhor Mercantil - Ação de depósito - Coisas fungíveis e consumíveis - Depositadas pela vendedora - Credora em poder do sócio-gerente da própria firma compradora - Aplicam-se ao depósito as regras do mútuo, sendo incabível a ação de depósito (Desprovisamento) (T4)	RESP 1.199-SP	30/11/92	1331	50
Plano Cruzado - Tabela de deflação - Constitucionalidade dos decretos-leis - Que dispuseram sobre finanças públicas, no editarem normas com a intenção de obter a estabilização econômica do país - Normas de ordem pública, que implicam na derrogação de cláusula de contrato em curso - Legitimidade da incidência da tabeleta - Expurgando correção monetária prefixada e preservando a comutatividade contratual (Provisamento) (T4)	RESP 5.015-SP	03/12/90	287	95
Prazo Recursal - Advogado domiciliado fora da capital - Recurso protocolado no Tribunal fora do prazo - Dificuldade de transporte aéreo em virtude de carnaval - Falta de fundamentação - A justificação alegada não é fato imprevisível - Intempestividade (Desconhecimento) (T4)	AGA 1.913-SP	09/04/90	119	53

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Prazo Recursal - Greve dos servidores da Justiça - Suspensão do processo por força maior - Os prazos começam a fluir na data em que é publicado o ato pelo qual o Tribunal comunica as partes e aos Procuradores a cessação da situação de anormalidade e a retomada no andamento dos processos (Provimento) (T4)	RESP 17.649-SP	13/04/92	860	168
Procuração - Ausência de reconhecimento da firma em procuração com poderes "ad judicia" - O processo de execução somente poderá ser anulado após a observância do disposto no artigo 13 do CPC - Facultando-se a parte prazo razoável para o saneamento da irregularidade - Litigância de má-fé - Tema que envolve análise dos fatos da causa, que não podem ser reexaminados em grau de Recurso Especial (Desconhecimento) (T4)	RESP 25.107-RS	30/11/92	1336	28
Promessa de Venda - Gera efeitos obrigacionais, ainda que não formalizada por Instrumento particular e não registrada - A pretensão à adjudicação compulsória é de caráter pessoal, restrita aos contratantes - Não podendo prejudicar os direitos de terceiros - Que hajam adquirido o imóvel e obtido o devido registro, em seu nome, no ofício imobiliário (Desconhecimento) (T4)	RESP 27.246-RJ	17/12/92	1367	138
Reclamação Trabalhista - Correção monetária devida a servidor reenquadrado - Nos termos do art. 8º, da Lei 7.956/87, as diferenças salariais decorrentes eram devidas em valores nominais, a partir de 1987. - O servidor mantém-se credor de verba correspondente a correção monetária, pela natureza alimentar do crédito (Desconhecimento) (T4)	RESP 26.860-DF	10/05/93	1515	132

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Reclamação Trabalhista - Execução de sentença - Impugnação a liquidação - Na execução trabalhista, a liquidação, inclusive por cálculo, somente pela via processual dos embargos a penhora poderá ser impugnada pelo executado - Afastada a aplicação da Súm. 188 do antigo Tribunal Federal de Recursos (Provimento) (T4)	RESP 26.665-SP	02/08/93	1633	165
Reclamação Trabalhista - O pedido é de prestação fundada na legislação do trabalho - O reclamante funcionário público propriamente dito não afasta a competência da Justiça laboral, a quem caberá decidir sobre a pretensão tal como apresentada em Juízo - Competente a Junta de Conciliação e Julgamento (Conhecimento) (S2)	CC 266-PR	02/10/89	29	137
Recurso Especial - Há de versar necessariamente sobre tema ventilado no acórdão recorrido - A decisão adotada nos embargos declaratórios completa e explícita o real sentido daquelas que se pediu fosse aclarada - Estabelecido no julgamento dos embargos de declaração que ocorrera desistência do apelo, único recurso manifestado, íntegra restou a decisão de primeiro grau (Provimento) (T4)	RESP 5.750-ES	20/04/92	870	75
Registro Imobiliário - Retificação - Oposição apresentada pelo Condomínio, onde se encontra o terreno cuja área, se pretende retificar no assento imobiliário - As partes devem ser remetidas às vias ordinárias se o pedido de retificação em jurisdição voluntárias, for impugnado fundamentadamente, por interesse legítimo (Desconhecimento) (T4)	RESP 9.297-RJ	07/10/91	587	147

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Registro Imobiliário - Retificação - Oposição do poder público estadual pretendendo o prévio pagamento de sobrepreço correspondente ao excesso de área - A lei estadual não pode ser obstáculo a incidência e aplicação da lei federal, editada pela União no exercício de sua competência exclusiva de legislar sobre registros públicos (Provimento) (T4)</p>	<p>RESP 14.824-MS</p>	<p>02/08/93</p>	<p>1632</p>	<p>01</p>
<p>Remição - Se a lei é dúbia, se os doutrinadores se atiram entre si, e a jurisprudência não é uniforme - O erro da parte apresenta-se escusável e relevável, ainda que o recurso dito impróprio tenha sido interposto após findo o prazo assinado para o recurso dito próprio - Prevalência da regra maior do duplo grau de jurisdição, e aplicação da antiga teoria do recurso indiferente, nos casos de ausência de má-fé e de erro grosseiro - A fungibilidade recursal é aceita (Provimento) (T4)</p>	<p>RESP 12.610-MT</p>	<p>24/02/92</p>	<p>769</p>	<p>40</p>
<p>Representação Comercial - Cobrança de comissões por representante não registrado no Conselho Regional - O art. 5º da Lei 4.886/65, que declara indevida remuneração ao mediador de negócios comerciais não registrado - Já era incompatível com a CF de 1946 e incompatível manteve-se perante a superveniente CF de 1967/69 (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 12.005-RS</p>	<p>28/06/93</p>	<p>1609</p>	<p>163</p>
<p>Responsabilidade Civil - Acidente ferroviário - Morte de passageiro - Pensão a dependente - Prescrição vintenária - Honorários de advogado - Devem ser fixados, sobre as prestações vencidas e um ano das vincendas, àquelas devidamente atualizadas (Provimento) (T4)</p>	<p>RESP 1.021-RJ</p>	<p>10/12/90</p>	<p>291</p>	<p>137</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Responsabilidade Civil - Acidente de trânsito - Morte de filho maior de idade - Residente no lar paterno - Demanda promovida pelos pais, contra a empresa empregadora do motorista, criminalmente condenado - Problemas de dependência econômica - Limite da indenização no tempo - Fixação em salário mínimo - Juros simples - Cálculo dos honorários de advogado (Provlmento) (T4)	RESP 1.999-SP	07/05/90	136	101
Responsabilidade Civil - Acidente durante o transporte ferroviário - São cumuláveis as indenizações pelo dano material e pelo dano moral - Ainda que oriundos do mesmo fato - Fixação de indenização pelo dano moral em valor igual a cinquenta salários mínimo vigorante à data do pagamento (Provlmento parcial) (T4)	RESP 19.402-SP	20/04/92	889	07
Responsabilidade Civil - Atropelamento por veículo automotor - Compreendendo a expressão delito do art. 962 do Código Civil - O ato ilícito decorrente de culpa extracontratual, devem contar-se os juros de mora desde a data do evento danoso (Provlmento) (T4)	RESP 6.195-SP	11/03/91	349	28
Responsabilidade Civil - Danos causados por depósito de resíduos tóxicos - Desnecessidade de realização de perícia ante a prova constante dos autos, apreciada na instância ordinária (Desprovlmento) (T4)	AGA 31.405-SP	28/06/93	1606	63
Responsabilidade Civil - Estrada de Ferro - Queda de passageiro - Culpa contratual da ferrovia, pelo inadimplemento da obrigação de transportar incólume o passageiro até o local de destino - Juros de mora a partir da citação (Provlmento parcial) (T4)	RESP 3.951-SP	01/10/90	228	188

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Responsabilidade Civil - Furto de veículo em estacionamento de Centro Comercial - Dever jurídico de guarda e vigilância dos carros - Embora não existente pagamento direto, a empresa mantenedora de "Shopping Center", ostenta manifesto interesse econômico em dispor de local de estacionamento de veículos - Pois atualmente este é o fator mais ponderável para angariar e atrair clientela (Provimento) (T4)	RESP 29.198-SP	19/04/93	1473	253
Responsabilidade Civil - Morte em consequência de atropelamento por comboio ferroviário - Ação indenizatória - Prazo prescricional - Contagem de juros de mora - Cumulação do ressarcimento pelos danos materiais com indenização pelo dano moral - Prescrição vintenária e não quinquenal (Desprovimento) (T4)	RESP 1.604-SP	11/11/91	644	74
Responsabilidade Contratual - O dever de guarda decorre da entrega do veículo, pelo cliente ao preposto do estabelecimento - Onde a responsabilidade pela indenização se o manobrista passa as chaves a outrem que não o proprietário - Pouco importando se ocorreu roubo, ou se simplesmente o empregado foi enganado pelo autor da subtração - Inanidade de cláusula de não indenizar, impressa no ticket comprovatório do depósito (Desprovimento) (T4)	RESP 8.754-SP	20/05/91	439	92
Revella - O comparecimento do revel ao processo afasta, de então em diante, os efeitos da revella - Restabelecendo em sua integralidade o contraditório e tornando obrigatórias as intimações a seu advogado - Caso em que o advogado participou da audiência - Devendo ser considerado intimado somente na data em que a sentença, posteriormente prolatada, foi publicada na imprensa oficial (Provimento) (T4)	RESP 19.094-RJ	20/04/92	888	18

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Seguro - Responsabilidade civil - A companhia seguradora, em seguro facultativo de proprietário de veículo automotor - Judicialmente condenada ao reembolso, é obrigada a satisfazer tal reembolso tendo em vista valores monetários reais - O valor-limite da apólice de seguro, fixada ao tempo da emissão - Deve ser considerado como a atualização decorrente da desvalorização da moeda (Provimento) (T4)	RESP 3.705-MG	17/09/90	214	99
Seguro em Grupo - De vida e acidentes pessoais - Não se confunde a figura do estipulante com a dos segurados - Ao segurado, ou ao beneficiário do segurado ocorrido o sinistro - Socorre pretensão contra a entidade seguradora, com base no contrato de seguro - Prazo prescricional anual, inclusive nos casos de seguro em grupo (Provimento) (T4)	RESP 10.497-SP	12/08/91	513	57
Seguro Habitacional - A proibição de se adquirir, na mesma localidade, mais de um imóvel financiado pelo SFH - Dirige-se à proteção deste mesmo, no que concerne aos objetivos sociais pelo sistema collimado - Aos agentes financeiros e ao próprio SFH cabe controlar o cumprimento da regra - Não podem as seguradoras delas se valer para, pretender exonerar-se de indenização que quita os débitos pendentes em mais de um imóvel assim adquirido (Desconhecimento) (T4)	RESP 3.805-RS	20/05/91	434	148
Separação Consensual - O juiz, dando pela manifesta e grave inconveniência da convenção aos interesses de um dos cônjuges - Pode deixar de homologar a separação - A retratação é manifestação unilateral da vontade do cônjuge, sem necessidade de motivação - Retratção unilateral e negativa de homologação são realidades jurídicas diversas e inconfundíveis (Desconhecimento) (T4)	RESP 1.116-RJ	18/12/89	80	58

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Separação Consensual - Partilha de bens - Pedido do ex-cônjuge mulher para sobrepartilha de bens alegadamente sonegados pelo varão - Prazo prescricional - A pretensão a sobrepartilha de bens, antes pertencentes a comunhão conjugal, não se subordina aos prazos reduzidos do art. 178 do CPC (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 26.650-SP</p>	<p>28/06/93</p>	<p>1611</p>	<p>221</p>
<p>Seguro Habitacional - (SFH) - Ao comprador que, ao adquirir a casa própria, já se encontrava em auxílio-doença, e vem a aposentar-se pelo agravamento da moléstia - Não assiste direito a quitação do preço pela seguradora - Cláusula de exclusão do risco - Irrelevância da alegada boa-fé do adquirente (Provimento) (T4)</p>	<p>RESP 2.998-SC</p>	<p>15/04/91</p>	<p>389</p>	<p>134</p>
<p>Sociedade por Quotas - Dois sócios - Falecimento de um deles - Demanda proposta, em nome da sociedade, pelo sócio remanescente - Legitimação para a causa - Questionamento sobre o falecimento de um dos sócios, e face às cláusulas contratuais - Resulta ou não dissolução da sociedade - Negação de que sociedade já extinta não poderia estar em Juízo (Desprovimento) (T4)</p>	<p>RESP 1.551-MG</p>	<p>09/04/90</p>	<p>121</p>	<p>98</p>
<p>Testamento Cerrado - Escritura a rogo - Nullidade - Testamento invocando a falta de identificação da pessoa que escreveu - Inexistência de elemento probatório no sentido de que qualquer dos beneficiários haja sido o escritor do testamento - Não importa em nullidade, o fato de não haver sido consignado, o nome da pessoa que, a rogo do testador, o datilografou - Formalidades cumpridas do Código Civil - Comprovação - Ausência de vestígio de violação (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 228-MG</p>	<p>04/12/89</p>	<p>68</p>	<p>01</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
<p>Titulo Cambial - A nota promissória pode, em tese, ser emitida por mandatário com poderes especiais - É inválida a cambial emitida com base em mandato de extensão não especificada - Outorgado pelo devedor em favor de empresa integrante do mesmo grupo financeiro a que pertence a Instituição credora (Desprovimento) (T4)</p>	<p>RESP 2.453-MG</p>	<p>10/06/91</p>	<p>464</p>	<p>27</p>
<p>Titulo Cambial - Levado a apontamento e protesto o título de crédito - O pagamento em cartório da importância nominal - A decorrente quitação dada pelo oficial de protestos, não significam possa ser considerada a dívida como integralmente satisfeita - Ação de cobrança da quantia correspondente a correção monetária (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 31.266-MT</p>	<p>02/08/93</p>	<p>1635</p>	<p>58</p>
<p>Titulo Executivo Extrajudicial - É o documento que contém a obrigação incondicionada de pagamento de quantia determinada (ou entrega de coisa fungível) em momento certo - Os requisitos da certeza, liquidez e exigibilidade, devem estar insitos no título - Não é título executivo o "contrato de apoio" à realização de espetáculo artístico, com reciprocidade de obrigações entre o estabelecimento bancário e a empresa promotora dos eventos (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 1.080-RJ</p>	<p>27/11/89</p>	<p>65</p>	<p>84</p>
<p>Uniformização da Jurisprudência - O órgão julgador dispõe de uma margem de discricão, no exame da conveniência e da oportunidade de admitir o incidente - Suscitado com inovação a aresto divergente isolado, ou já superado no tempo - Pode ser negado processualmente à arguição feita pela parte, quando com intuito procrastinatório - Sendo notória a orientação jurisprudencial dominante (Desconhecimento) (T4)</p>	<p>RESP 1.865-RJ</p>	<p>30/04/90</p>	<p>132</p>	<p>128</p>

ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA

ASSUNTO	Identif.	Data/Publ.	Vol.	Pág.
Usucapião Ordinário - Concelto de justo título - É válido, em tese, para transferir o domínio - Mas Ineficaz, por não ser o transmittente o titular do direito ou faltarlhe o poder de alienar - Não é justo título, para os efeitos do usucapião de breve tempo, o compromisso de venda por instrumento particular não registrado e não registrável, embora o preço integralmente pago (Provimento) (T4)	RESP 12-SP	25/09/89	25	48